

GERAÇÃO DE 70 – REPÚBLICA ANTES DA REPÚBLICA

Irene Fialho
UC/ FEQ

RESUMO:

Durante as últimas três décadas do século dezanove português, a Geração de 70 construiu um ideal político-social baseado nos valores de uma Democracia a que chamou republicana. Os homens que constituíram o Cenáculo – Antero de Quental e Oliveira Martins, Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis – lançaram mão de vários recursos para divulgar e popularizar a sua quimera. Um por um foram-se afastando do sonho de juventude, à medida que iam vencendo ou perdendo na vida.

PALAVRAS-CHAVE:

Cenáculo; geração de 70; república; democracia; jornal.

ABSTRACT:

During the last three decades of Portuguese 19th century, the so-called 70's Generation has built a political and social ideal, based in the principles of a Democracy they saw as republican. Those men, members of the *Cenáculo* – Antero de Quental and Oliveira Martins, Eça de Queirós and Jaime Batalha Reis – used several means to promote and popularize their utopia. One by one, as they became winners or losers in their personal lives, they gave up their youth dreams.

KEYWORDS:

Cenáculo; 70's generation; republic; democracy; newspaper.

Quarenta anos antes da implantação da República em Portugal, no final dos anos 1860, meia dúzia de jovens *demónios* – assim lhes chamou Eça de Queirós – reunia-se em conciliábulos filosófico-culturais numa tertúlia lisboeta que eles próprios crismaram de Cenáculo. A sede onde alimentavam a sua fome juvenil pela novidade em letra de forma que chegava do estrangeiro, dessa Europa civilizada que parecia tão longínqua, mudou de localização várias vezes, fixando-se sempre nas moradas de Jaime Batalha Reis.

Em torno desse homem, através da sua amizade, congregou-se uma assembleia que tentou revolucionar a mentalidade dos seus compatriotas e que passaria à História com o nome colectivo de Geração de 70. É também a Batalha Reis que devemos a memória não livresca desses tempos de Lisboa, para sempre guardados no seu legado, nos papéis que pacientemente colecionou e guardou e onde podemos descobrir algo mais, mais um pouco dos meandros que originaram manifestações tão ruidosas como foram a criação do fictício poeta satânico Carlos Fradique Mendes, a idealização das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense e outras, mais discretas, como a composição de uma *opera-buffa* só há pouco reencontrada ou a fundação da Internacional em Portugal.

1. *República antes da República*

Escreveu Eça de Queirós em “Um génio que era um santo” que a vida boémia do grupo se transformou em congregação dirigida para o estudo da filosofia e da política modernas com a chegada a Lisboa de Antero de Quental, portador e incentivador de sérios desígnios assimilados em França, enquanto estivera em Paris aprendendo a profissão de tipógrafo. Sob a influência de Antero, diz Eça, os do Cenáculo começaram a estudar Prudhon “[...] quietos, à banca, com os pés em capachos como bons estudantes” (QUEIRÓS, 2011, p. 306).

Porém, o estudo não bastava para transformar a sociedade, pois, escrevia Antero, “Além dos filósofos que indagam, há ainda no mundo uma outra classe, menos brilhante mas mais numerosa – são os tristes que choram” (QUENTAL, 1921, p. 22). Esses moços que indagavam queriam levar o resultado das suas reflexões aos outros, àqueles que choravam. Necessitavam para isso de encontrar meios de divulgação dos seus novos ideais. A via escolhida foi a publicação de pequenos jornais, destinados a instruir a classe operária – analfabeta na sua maioria – na senda do progresso político e social. Do Cenáculo saíram vários periódicos – entre eles *O Pensamento Social* e mais tardiamente a *Revista Ocidental*; concentremo-nos no primeiro a ser publicado: *República – jornal da Democracia Portuguesa*.

O primeiro número, de 11 de maio de 1870, em folha solta, tem a epígrafe *Destruam et oedificabo*; nenhum dos artigos é assinado nem o jornal apresenta ficha de redacção, uma vez que parte dos redactores eram funcionários públicos e poderiam perder os empregos se fossem conotados com ideias extremistas. Sabemos, no entanto, através de listas guardadas no espólio de Batalha Reis, que os seus fundadores e directores foram José Fontana – um suíço, gerente da Livraria Bertrand –, Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e o próprio Batalha Reis. Além destes, uma

lista de possíveis colaboradores, também guardada por Batalha, refere as conexões entre cada um dos redactores principais e outras personalidades que poderiam dar o seu contributo para a folha: Fontana estava encarregado de convidar Campos de Magalhães, o ex-padre João Bonança (que no mesmo ano fundaria no Porto dois jornais, *Alvorada* e *Trabalho*), Alexandre Herculano e o espanhol Emílio Castelar; Lobo de Moura falaria a Francisco Machado e João de Deus; Batalha Reis com Manuel de Arriaga; Oliveira Martins convidaria Bernardino Pinheiro, Gomes Leal, Alves Branco, Luciano Cordeiro, Sousa Martins, António Ennes e Teófilo Braga.

Pela carta de Oliveira Martins a Teófilo, datada de 26 de março de 1870, ficamos a saber da colaboração de Eça e de outros –

Além do Antero e de mim, temos na redacção o Luciano; um humorista, o Eça de Queirós; um poeta, Manuel de Arriaga; e um rapaz pouco conhecido no mundo literário mas de imensa valia – Batalha Reis, agrónomo. [...] Quer o meu amigo associar-se connosco? Quer dar-nos artigos seus para a nossa folha? Espero que sim. (BRAGA, 1902, p. 79.)

Enviava também o programa do jornal, que conhecemos, mais uma vez e apenas, através do manuscrito guardado por Batalha.

Lobo de Moura faria os artigos “O sistema eleitoral – crítica das eleições” e “A posição dos deputados republicanos na Câmara”; Oliveira Martins dedicava-se a apreciar “A Monarquia Constitucional em Portugal” e a “Autoridade – liberdade – crítica dos sistemas políticos”, redigindo também a secção de “Crítica”; a “Crónica da Ciência – Biologia” era da responsabilidade do Dr. Sousa Martins; Manuel de Arriaga e Eça de Queirós dedicavam-se – pasme-se! – à poesia na parte baixa do jornal, o Folhetim; Batalha Reis discorria sobre “A lei e a liberdade da imprensa” e colaborava com Antero na “Crónica da revolução”; De Antero era o Artigo de Fundo “O estado da Europa”.

Claro que este programa foi alterado e apenas os artigos de Oliveira Martins e Lobo de Moura se mantiveram. Antero dedicou-se ao grande editorial sobre a República, onde expôs as suas ideias acerca do que deveria constituir um regime republicano: nessa época, o poeta micalense acreditava ser a República “[...] a renovação universal dos espíritos e das sociedades”, identificada com a filosofia no mundo dos pensamentos, com a liberdade religiosa nas consciências e nos factores sociais com a democracia. Resumindo, para Antero o pensamento e a ciência teriam de ser republicanos,

[...] porque o génio criador vive de liberdade, e só a república pode ser verdadeiramente livre. [...] A República é, no estado, liberdade; nas

consciências, moralidade; na indústria, produção; no trabalho, segurança; na nação, força e independência. Para todos, riqueza; para todos, igualdade; para todos, luz.; Só homens são dignos da República, e fora dela ninguém pode também chamar-se verdadeiramente homem. (QUENTAL, 1870, p. 1.)

Veremos como em pouco tempo Antero se desligará desta idealização do regime republicano e, sobretudo, daqueles que o defendiam.

Entre maio e junho de 1870 a situação política portuguesa alterara-se, com o golpe de Estado do Marechal Saldanha; no número dois do jornal, Oliveira Martins reagia contra a Ditadura e a dissolução do parlamento:

Acabou o sistema parlamentar. Caem os governos imbecis e sobem os governos ineptos. Portugal vai ter menos liberdades talvez, mas a mesma incúria, a mesma falta de ciência e de consciência. Pior que um rei constitucional, só há um rei faccioso por fraco. Pior do que um governo inepto, só há um governo inepto e tirano. É hoje, mais que nunca, o momento de ver na República a única salvação desta crise. (MARTINS, 1870, p. 16.)

A partir desse segundo número, o da primeira quinzena de junho de 1870, e até ao número sete, o *Jornal da Democracia Portuguesa* surgiu em caderno de pequeno formato.¹ Seguiu na mesma linha combativa até à sua extinção. No número sete, um artigo anónimo, mas hoje reconhecidamente saído da pena de Eça de Queirós, chamava a atenção para as deficiências do periodismo português.

“Palavras sobre o jornalismo constitucional” faz uma breve análise dos jornais da época e do jornalismo então praticado em Portugal. Num discurso pautado pela negativa, roçando o radicalismo juvenil do autor, baseado na sua observação directa do assunto – reflexiva da experiência de *O Distrito de Évora*, por ele dirigido e completamente redigido *de encomenda* em 1867 – Eça atacava os jornais apoiados por subsídios, do Governo ou da Oposição, condenados a extinguir-se, quando o subsídio acabava, por não resultarem de uma necessidade de manifestação intelectual ou social. Se tivesse sido publicado no primeiro número d’*A República*, o artigo poderia ter funcionado como um prospecto, programa da filosofia de um jornal que se queria diferente. Assim, no último número, não sendo um epitáfio, é um desafio aos que leem, propondo-lhes que exijam maior qualidade dos órgãos de informação. É também um apontamento do autor para as suas criações futuras: no breve esboço expositivo do que foram os jornais durante o constitucionalismo, encontram-se, em embrião, os retratos irónicos das redacções e dos jornalistas criados por Eça nas suas narrativas ficcionais – de *O conde de Abranhos* e da *Tragédia da rua das Flores*, de *A Capital!* e de *Os Maias*.

¹ O número 8, último exemplar conhecido, voltará à grande folha solta, mas por essa altura o seu director era já Sebastião de Magalhães Lima, e o grupo do Cenáculo abandonara a redacção.

Se bem repararmos, só o último destes títulos foi publicado em vida do autor. Como em *A República*, Eça seguiria ao longo da sua vida literária uma estratégia de encobrimento dos seus pensamentos políticos, ora ocultos, nos textos de imprensa, por pseudónimos indetectáveis pelo público (reconhecidos hoje através de cartas íntimas em que os revelou a amigos), ora através da autocensura, pelo total abandono das obras em que criticava mais duramente a sociedade portuguesa sua contemporânea.

2. As Conferências Democráticas do Casino Lisbonense e a Internacional

Entretanto, o grupo saído das reuniões do Cenáculo começara a agitar-se, literalmente, em outras águas. Em 1871, prepararam as Conferências Democráticas, proferidas no Casino Lisbonense. A história do que constituíram as Conferências e do modo como foram proibidas é sobejamente conhecida para que nos alonguemos sobre elas, deixando apenas um pequeno apontamento, de Batalha Reis: “Houve sempre no auditório, alguns operários levados por José Fontana”. O mesmo Fontana que “Às vezes, às horas tradicionais das conspirações românticas, [...] vinha buscar o Antero para o apresentar em *centros*, para o fazer conferenciar com chefes e agentes” (REIS, 1896, p. 451). Essas outras conferências, privadas, tinham lugar em tipografias, cafés, lojas maçónicas, na casa de Antero e mesmo em botes vogando o rio Tejo. Os agentes com quem se encontravam eram discípulos de Proudhon e Bakunine, os espanhóis Francisco Mora e Gonzalez Morago, que, logo após a Comuna de Paris de 1871 e a formação da Associação Internacional dos Trabalhadores, recrutaram pela Península Ibérica novos membros internacionalistas. O próprio Eça dirá, em carta a Emídio Garcia, ser membro da Internacional.

Não abdicava, porém, da sua estratégia dissimuladora, ao tomar novo rumo, fundando com Ramalho Ortigão *As Farpas* e não se livrando da fama de republicano: para rejeitar os rumores – que podiam afastá-lo definitivamente da desejada carreira diplomática, teve de afirmar ambigualmente, em carta ao redactor do *Diário Popular*, de 4 maio 1871:

Sr. Redactor – Tendo-se espalhado vagamente que o periódico *As Farpas* é uma publicação republicana, julgamos dever declarar o seguinte: *As Farpas* têm por único partido político o bom-senso. [...] Se se entende pela expressão República a justiça e o bom-senso, *As Farpas* são republicanas. Seriam sebastianistas se o sebastianismo fosse bom-senso e a justiça. (QUEIRÓS, 2009, p. 99.)

Na mesma data, numa outra carta pública, desta vez ao redactor do *Jornal do Comércio* afirma “[...] nunca fundei nem na rua da Prata, nem em alguma outra rua,

nem clube republicano, nem centro político” (QUEIRÓS, 2009, p. 97). Mas, se nunca fundou centros republicanos, deve tê-los frequentado: refere, anos mais tarde que ao clube, a funcionar numa

[...] casa da rua do Príncipe [...] pertenceram alguns homens hoje ilustres nas letras, e mesmo famosos pelas suas ideias autoritárias. [...] Era um clube de humanitários e idealistas, donde apenas saiu um acto prático, as conferências chamadas do Casino. (QUEIRÓS, 1995, p. 85.)

Atentemos ao episódio ficcional do Clube Republicano da rua do Príncipe descrito n’A *Capital*: muito se tem referido os temores de Eça em publicar esse romance onde retratava os seus contemporâneos com tal minúcia que nem os seus melhores amigos escapavam à crítica. Uma passagem, porém, reflecte *ipsis verbis* palavras públicas de Batalha Reis. Escreveu Batalha, depois da proibição das Conferências Democráticas, em carta ao Marquês de Ávila e Bolama:

Eu sou Socialista. É a primeira vez que publicamente o declaro. Contava fazê-lo na sala do Casino e expor aí as razões porque o socialismo é hoje para mim mais que uma convicção, mais que um sistema porque é uma Religião e uma Moral. (REIS, 1871, p. 2.)

E no Clube Republicano da rua do Príncipe, uma personagem não identificada declara: “Desejando fazer parte do Clube Democrático quero evitar equívocos. Uma só palavra os desfaz. Eu sou socialista! – Olhou em redor, repetiu, com força – Eu sou socialista!” (QUEIRÓS, 1992, p. 289). Quando interrogado sobre o que entende por Socialismo, o mesmo sujeito diz: “Entendo uma nova concepção da Propriedade, do Trabalho, do Casamento, da Educação, da Sanção Moral, etc., em oposição às soluções dadas pela Igreja e as instituições que a realizam...” (QUEIRÓS, 1992, p. 291). “Então, (conclui outro circunstante) mais ou menos, somos todos socialistas” (QUEIRÓS, 1992, p. 291.)

Repetirá n’As *Farpas*:

Não, não frequento os clubes! E todavia encontrar-me-ia lá numa companhia excelente, entre muitos Deputados, ex-Ministros, directores-gerais, conselheiros e coronéis! Todos estes honestos funcionários se ocupam nocturnamente em abater – o pessegueiro que sabem! Não estranhem, não! Que há-de fazer um pobre major a que a monarquia conserva major senão conspirar pela república que o faça coronel? (QUEIRÓS, 2004, p. 253.)

Em março de 1872, Eça foi nomeado por Andrade Corvo cônsul de 1ª classe em Cuba. As viagens empreendidas nos anos seguintes levaram-no a conhecer o mundo: colocado em 1875 no consulado de Newcastle, escreve provocatoriamente ao assertivo

Batalha Reis: “Saberás que Newcastle, onde há perto de 100 mil operários, é o centro socialista de Inglaterra. Estou no foco. É desagradável, o foco” (QUEIRÓS, 2008, p. 597). Eça de Queirós é o primeiro, dos do Cenáculo, a afastar-se do activismo político.

Ainda em 1872, formava-se em Lisboa, com a assistência de Antero, a Associação Fraternidade Operárias, de assistência aos trabalhadores, cujo lema era “Jamais deveres sem direitos; jamais direitos sem deveres”, o mesmo de um novo jornal, *O Pensamento Social*, representante dos interesses da Internacional, com artigos de José Fontana, Oliveira Martins e Antero de Quental, dirigido por Batalha Reis.

Enquanto Oliveira Martins, em “Portugal e o Socialismo”, definia a ideologia como

[...] a Ideia moderna aplicada à sociologia [...] o reconhecimento dum vício económico nas sociedades contemporâneas romanizadas, e a descoberta óbvia e natural, concreta e abstracta, por forma alguma pessoal nem sistemática, da sua correcção. (MARTINS, 1873, p. 19.)

Antero em “República e Socialismo” não distingue as duas correntes, continuando a acreditar que não pode existir Democracia sem República e que

A República neste caso, não é mais do que a forma política daquela organização económica da sociedade que nós, com o nome de Socialismo, temos sempre pregado como sendo a expressão exacta da Justiça nas relações humanas. [...] somos republicanos, porque se não compreendemos que haja verdadeira República fora do socialismo, não compreendermos igualmente que fora da República possa o socialismo realizar-se completamente. (QUENTAL, 1982, p. 391.)

Antero cansara-se dos múltiplos comícios e acções a que emprestara a sua voz nos bairros populares; tinha-se também cansado das intrigas políticas, das disputas partidárias, da sede de poder de que enfermavam os grupos formados em torno do primeiro ideal, agora desvirtuado. As suas crenças desvanecem-se: diz a Oliveira Martins: “O pior que nos pode acontecer é sermos amanhã república” (carta de 2 de julho de 1873); a Lobo de Moura: “Creio que teremos a república em Portugal, mais ano menos ano: mas, francamente, não a desejo, a não ser [...] como espectáculo e ensino. Então é que havemos de ver atufar-se uma nação em lama e asneira.” (1873); a Alberto Sampaio: “[...] o republicanismo avulta de dia para dia. Mas que republicanos! É um partido de lojistas capitaneados por bacharéis píffios ou tontos [...]. De uma tal República só há-de sair a anarquia e a fome.”

Por isso, quando em 1875 foi formado o Partido dos Operários Socialistas, Antero não se alistou de imediato, tendo-se filiado apenas em 1877 e concorrido a três

eleições como candidato por aquele órgão. Mesmo assim, em carta a Lobo de Moura reafirma a sua desilusão na política portuguesa:

Se, por acaso, vires nos jornais, que sou candidato Socialista por Lisboa, não tomes isso a sério. São coisas que podem acontecer a qualquer, independentemente da própria vontade e determinação, exactamente como apanhar chuva ou ouvir um discurso maçador. (1879).

Sem energia, Antero retirava-se.

Oliveira Martins, por seu turno, corta com o Partido Socialista e concorre pelo Partido Republicano, obtendo em Lisboa uma quantidade ínfima de votos. Descrente das ideias da Internacional, afirma:

A futura república não será a quimérica cidade do comunismo, será, porém [...] uma federação de fábricas organizadas cooperativamente, e uma congregação de lavradores proprietários arando a terra, isolada ou associadamente [...] será um sistema de grémios das profissões chamadas liberais; será finalmente um Estado, senhor do domínio colectivo, dispensando todos os serviços públicos [...] (MARTINS, 1873, p. IV.)

3. Comemorações fúnebres

A década de 1880 é inaugurada pelos festejos do tricentenário de Camões, logo seguidos pelos do centenário do Marquês de Pombal. À frente da Comissão executiva da Imprensa para comemorar Camões, encontram-se Ramalho Ortigão, Jaime Batalha Reis, Luciano Cordeiro, Eduardo Coelho, Rodrigo Pequito e os mais radicais Teófilo Braga e Sebastião de Magalhães Lima. As comemorações estavam cobertas pelo barrete frígido do republicanismo, e o próprio Camões não desdenha o adorno – numa caricatura do jornal *O António Maria*, de Rafael Bordalo Pinheiro, o vate usa o barrete, e agradece ao rei D. Luís e a José Luciano de Castro terem faltado ao cortejo das comemorações do centenário, pois com a ausência dos altos poderes do estado, “muito ganhou a *ideia*”, segundo diz a legenda. De facto, com a organização dos festejos do centenário, os republicanos puderam mostrar livremente à sociedade portuguesa capacidades de mobilização e cometimento de que a monarquia ia carecendo, cada vez mais.

Oliveira Martins, numa evolução que irá marcar a política portuguesa insurge-se contra as “cabeças laureadas” e instaura a designação “Vida Nova” para uma política destinada

[...] a meter mãos à obra reformadora da nossa sociedade; a dissipar por uma vez a ilusão cruel de que explorando por todos os modos o Estado nos não exploramos a nós mesmos; e a varrer para bem longe de nós todos aqueles

que fazem ou fizerem dessa ilusão o alicerce do seu poder funesto.
(MARTINS, 1885, p. 34.)

Martins aposta, em 1885, na Abolição dos Impostos Indirectos, na Formação de Recursos Humanos, na Agremiação das Indústrias, na Nacionalização do Trabalho, no Aumento da Área Cultivada, no Fomento das Pescas e no Restauro da Marinha Portuguesa, prevenindo sobre a fragilidade económica e de defesa de Portugal, que anos mais tarde teria consequências desastrosas.

No final da década, em Paris, na *Revista de Portugal* recém-fundada, Eça (em novo artigo anónimo) lamenta a morte de D. Luís em 19 de outubro de 1889, vendo no desenlace do rei o fim de uma época histórica, de progresso para Portugal.

4. O *Ultimatum*

Em 11 de janeiro de 1890, Lisboa recebe a notícia da concentração de duas forças da Armada Britânica, em Zamzibar e em Gibraltar, com a missão, respectivamente, de ocupar a Ilha de Moçambique e de fazer uma demonstração de força no Tejo caso Portugal não desistisse das suas pretensões em África: ligar Angola à Contra-costa (o que impediria os ingleses de ligarem o Cairo ao Cabo); a ameaça incluía o corte das relações diplomáticas entre os dois países. Perante o recuo do governo e a cedência dos territórios africanos reclamados portugueses, a reacção nacional tomou várias formas patrióticas, das mais altruístas às mais radicais. Houve manifestações junto à estátua de Camões, coberta de crepes negros em sinal de luto e tentou-se até proibir o ensino da língua inglesa.

Antero ganha novo alento e, com o conde de Resende, cunhado de Eça, forma a Liga Patriótica do Norte. A proposta era o ressurgimento nacional:

O nosso maior inimigo – diz Antero num artigo do jornal *A Província* – não é o inglês, somos nós mesmos. [...] Declamar contra a Inglaterra é fácil; emendarmos os defeitos gravíssimos da nossa vida nacional será mais difícil; mas só essa reforma será honrosa, só ela salvadora. Portugal ou se reformará política, intelectual e moralmente, ou deixará de existir. Mas a reforma, para ser efectiva e fecunda, deve partir de dentro e do mais fundo do nosso ser colectivo; deve ser, antes de tudo, uma reforma dos sentimentos e dos costumes. (QUENTAL, 1982, p. 447.)

Mas a Liga, no seu fervor burocrático de estabelecer estatutos irrealis, preocupada em defender-se dos políticos de carreira, temendo a infiltração e a intriga no seu seio, afastando qualquer membro que temesse como aproveitador, cedo se desvaneceu, num episódio caricato deixado para a história por Eça de Queirós:

Na sessão em que se leram os consideráveis Estatutos só havia, na vastidão dos bancos, quinze membros que bocejavam. E numa outra final, como ventava e chovia, só apareceram dois membros da Liga, o presidente que era Antero de Quental, e o secretário que era o Conde de Resende. Ambos se olharam pensativamente, deram duas voltas à chave da casa para sempre inútil, e vieram, sob o vento e sob a chuva, acabar a sua noite em Santo Ovídio. (QUEIRÓS, 2011, p. 321-322.)

Após este descalabro, Antero de Quental desapareceu da política e a sua vida teve o trágico desenlace que conhecemos.

Antes mesmo da extinção da Liga, uma outra acção patriótica havia de agitar o país. Tratou-se da Grande Subscrição Nacional, com a finalidade de adquirir meios marítimos de defesa, que, como Oliveira Martins avisara anos antes, se encontravam extremamente fragilizados. Uma das iniciativas para recolher fundos para a Subscrição foi a publicação de um Álbum de grande formato, muito colaborado por intelectuais e ilustradores portugueses. Antero escreveu para essa edição um texto derradeiro, que concluía:

Quando a nação portuguesa tiver governos que verdadeiramente a representem e nos quais confie, quando o Estado voltar a ser útil e não uma excrescência parasita e nociva no corpo social, só então poderemos dizer que está dado o primeiro passo a caminho da restauração das forças vitais da sociedade portuguesa. (ANÁTEMA, 1890, p. 9.)

Também Eça colaborou em *Anátema*, assinando com o seu nome o texto “Fraternidade”. Porém, em simultâneo, dedicava, na *Revista de Portugal*, uma “Nota do Mês”, sob o pseudónimo “João Gomes” e o artigo “Novos factores da política portuguesa”, assinado “Um espectador”, ao mesmo tema do *Ultimatum*. O tom da trilogia é dissonante, como se cada uma das três personalidades subscritoras tivesse uma perspectiva diferente sobre o estado da Nação. Uma só emoção os une, a desilusão de Eça face à crescente apatia que voltava a instalar-se no país após o primeiro entusiasmo patriótico; antes da publicação de *Anátema*, já o escritor, que se encontrava em Portugal e seguia de perto as iniciativas antibritânicas, adivinhava qual o resultado da empresa para que contribuía: “Da Inglaterra já ninguém fala. A subscrição nacional gorou! O País inteiro readormeceu” (QUEIRÓS, 2008, p. 41). Se nas “Notas do Mês” *João Gomes* considerava que a Subscrição Nacional constituía “uma força duradoira e viva (QUEIRÓS, 1995, p. 82) e em “Novos factores da política portuguesa”, *Um espectador* tinha a consciência que não existia “no País uma força latente donde pudesse vir o movimento de reorganização nacional [...]” (QUEIRÓS, 1995, p. 83); Eça de Queirós, em *Anátema*, usa o título “Fraternidade” como desconstrução do próprio conceito idealista, prevendo, para um futuro próximo “[...] um vasto conflito de povos, que se

detestam porque se não compreendem, e que, pondo o seu poder ao serviço do seu instinto, correrão uns contra os outros [...]” (QUEIRÓS, 2011, p. 223).

5. Vencidos pela vida

Morrem os ideais quando morrem os homens que os sonharam? Em 1910, aquando da implantação da República em Portugal, do Cenáculo resistiam ainda Manuel de Arriaga, Ramalho Ortigão e Jaime Batalha Reis. Fontana, Antero, Martins, Eça, todos tinham desaparecido já do mundo dos vivos. Não viram no poder Afonso Costa ou António José de Almeida, nascidos enquanto eles conspiravam, através de Lisboa, as bases de uma República que não existiu na forma que a fantasiaram.

Manuel de Arriaga foi, como se sabe, o primeiro presidente eleito da República Portuguesa; Ramalho Ortigão, que nos últimos anos da monarquia se tornara próximo do Paço, considerava então o sufrágio universal como *uma superstição catita*. Três anos antes de morrer, em 1912, escreveria pela última vez sobre a República:

Os revolucionários das *Farpas* pareciam-se com os da Rotunda na circunstância de tentarem uns e outros a aventura duma remodelação da sociedade portuguesa. [...] Nós nunca pensámos em provocar uma mudança de regime político porque não tínhamos o estímulo da revolta geralmente baseado no apetite de ir cada um cevar-se nas prebendas e nas sinecuras de que pretende enxotar os outros [...]. (ORTIGÃO, 1946, p. 127.)

Batalha Reis, servidor do Regime Republicano enquanto diplomata, assistiu em S. Petersburgo à Revolução Soviética. Falecido em 1935, diria quase no final da vida:

As grandes palavras deixaram de comover desde que me habituei a trabalhar com as pequenas ideias que as constituem [...]. As palavras “Liberdade” e “República” não me chamam as lágrimas aos olhos, nem me enfurecem os vocábulos “Monarquia” e “Ditadura”, mas não sou céptico, nem indiferente. (COSTA, 1983, p. 137.)

Epílogo

A Tipografia Democrática, editora dos sete pequenos folhetos de *República – jornal da Democracia Portuguesa*, publicou ainda em 1870 um *Almanaque para a Democracia Portuguesa/Ilustrado com os retratos dos mais distintos democratas da presente época acompanhados dos esboços da sua história política*.

O exemplar consultado deve tratar-se do único hoje existente. Tem o mesmo tipo de papel, letra e capa de *A República*, e o seu prólogo “Aos meus amigos” é assinado

por A.M. Baptista Tavares, a que se segue um calendário católico, com todos os seus dias dedicados aos santos reconhecidos por Roma – vindo depois textos sobre os modernos “Emílio Castellar”, “Victor Hugo”, “Júlio Favre”, “José Garibaldi”, “Henri Rochefort”, acompanhados por retratos dos homenageados. Alguém escreveu, contra o esquecimento, que esses artigos se deveram à inspiração de Antero de Quental, Oliveira Martins e Jaime Batalha Reis. Garibaldi teve, além do artigo, a honra de um poema, completado por “Salvé!/ República Francesa!” – não esqueçamos que o ano era 1870 e o Almanaque destinava-se a 1871.

E a “Liberdade” de Manuel de Arriaga, poema publicado no *Jornal da Democracia Portuguesa*, onde fora parar? Cabia agora neste apêndice em forma de almanaque. Muitos anos mais tarde, em 1895, Eça de Queirós escreveu:

Proudhon conta orgulhosamente que seu pai, durante o longo e terrível Inverno que precedeu a Revolução, ia através da França, com grossos tamancos sobre a neve dura, espalhando o “Père Girard”, que ele levava dentro de um alforge, e que deixava sobretudo nas residências dos curas, para que o lessem aos fiéis como um novo e melhor evangelho. E esta tradição de utilizar os almanaques como agentes formigueiros da Revolução persiste em França, onde, de 1830 a 1850, aparecem, sucessivamente mais radicais, mostrando como a Revolução se alastra das estreitas fórmulas políticas para as vastas transformações sociais [...]. (QUEIRÓS, 2011, p. 267.)

Não seria o *Almanaque para a Democracia Portuguesa* um braço mais longo, que levaria ao povo menos habituado aos periódicos, mas fervoroso consultante da *folhinha* – e sabemos como a *folhinha* ainda hoje persiste na sua informação – a ode “À Liberdade”? Poema ingénuo, como afinal eram ingénuas as excelentes intenções desse grupo de que saíram as Conferências do Casino, excelentes como o sol que brilha nesse outro Almanaque de Eça, que o autor quis que fosse verídico e benéfico, pedindo-lhe: “indo de entre nós, que vemos a Estrela Polar, para aqueles outros irmãos nossos que veem o Cruzeiro do Sul, domina radiantemente nos dois horizontes!...” (QUEIRÓS, 2011, p. 284).

REFERÊNCIAS:

- AAVV. *Anátema*. Coimbra: Imprensa Independência, 1890.
- BRAGA, Teófilo. *Quarenta anos de vida literária*. Lisboa: Artur Brandão, 1902.
- COSTA, Fernando Marques da. *Sobre um possível Jaime Batalha Reis e tábua cronológica de Jaime Batalha Reis*. In: *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, v. 3, n. 1-2, p. 129-151, jan.-dez. 1983.

MARTINS, Oliveira. *A sedição militar*. In: *República*. Lisboa, n. 2, p. 15-16, jun. 1870.

———. *Portugal e o socialismo*. Lisboa: Sousa Neves, 1873.

———. *Política e economia nacional*. Porto: Magalhães & Moniz, 1885.

ORTIGÃO, Ramalho. *Últimas Farpas*. Lisboa: Clássica, 1946.

QUEIRÓS, Eça de. *A Capital!* (começos duma carreira). Lisboa: Imprensa Nacional, 1992.

———. *Textos de imprensa VI* (da *Revista de Portugal*). Lisboa: Imprensa Nacional, 1995.

——— e ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*. Lisboa: Principia, 2004.

———. *Correspondência*. Lisboa: Caminho, 2008.

———. *Cartas públicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2009.

———. *Almanaques e outros dispersos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2011.

———. *A República*. In: *República*, Lisboa, n. 1, p. 1, maio 1870.

QUENTAL, Antero de. *Cartas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

———. *Prosas sócio-políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1982.

REIS, Jaime Batalha. *Carta ao exmo. senhor Marquês de Ávila e Bolama*. Porto: Tipografia Comercial Belmonte, 1871.

———. *Anos de Lisboa*. In: *Anthero de Quental – In Memoriam*. Porto: Mathieu Lugan Eds., 1896, p. 442-472.

MINICURRÍCULO:

Irene Fialho (Lisboa, 1967), licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, Português-Francês e Mestre em Literaturas Comparadas pela Universidade Nova de Lisboa. No âmbito da Edição Crítica da Obra de Eça de Queirós (Imprensa Nacional-Casa da Moeda) editou, em 1994, o volume *Alves & Cia.*, e, em 2011, *Almanaques e outros dispersos*. Entre outros, publicou na Biblioteca Nacional de Portugal *Almanaques* (2001) e *Aquisições queirozianas* (2007). Está a finalizar uma tese de doutoramento em Estudos Portugueses, a apresentar à Universidade de Coimbra, sobre censura e autocensura em manuscritos autógrafos de Eça de Queirós, com o título “No manuscrito dum romance”. Tem em preparação os volumes *O conde de Abranhos* e *Correspondência de Fradique Mendes* (com Carlos Reis e Maria João Simões) para a Edição crítica das obras de Eça de Queirós. É investigadora do CLP da Universidade de Coimbra, do CLEPUL da Universidade de Lisboa e colaboradora dos IELTS e CHC da Universidade Nova de Lisboa. Membro do Conselho Cultural da Fundação Eça de Queiroz desde 2002 e do seu Conselho de Administração desde 2010.